



Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!

POLÍTICA OPERÁRIA

Acabaram as eleições municipais, acabaram as desculpas para não realizar a luta nas ruas!

Que a Apeoesp e o Sinpeem convoquem imediatamente as assembleias presenciais!

As eleições municipais ficaram para trás. Na Capital paulista, o PSDB de Covas renovou o seu domínio por mais quatro anos. A Câmara Municipal seguirá, pelo mesmo período, com uma composição marcadamente reacionária, com cerca de 40 vereadores, num total de 55, de partidos de direita. O quadro é claríssimo: a via institucional, de luta “por dentro” do Parlamento ou qualquer outra instância do Estado burguês está completamente inviabilizada. Na verdade, sempre esteve. Alimentar ilusão nessa via significa depositar confiança no prefeito direitista e nos 40 ladrões que lhe servem.

Passada a disputa nas urnas, não há lugar também para a hipocrisia dos que estiveram subordinados à política burguesa do isolamento social. Afinal, saíram todos às ruas, rompendo a quarentena e se expondo ao contágio, para caçar votos. Sim, os mesmos que nos acusavam de “irresponsáveis”, por defendermos a convocação das assem-

bleias e dos atos presenciais, para que os trabalhadores pudessem responder à ofensiva burguesa sobre os salários, empregos e direitos, logo que se aproximou a eleição, saíram debaixo de seus cobertores para distribuir os “santinhos” de seus candidatos.

Não há mais desculpa. Exigimos a convocação imediata das assembleias e manifestações presenciais! Que o Sinpeem, a Apeoesp, a CUT e demais direções sindicais saiam do imobilismo e organizem a luta! Problemas para enfrentar é o que não falta: ameaça aos empregos, com o fechamento de salas e turnos; arrocho salarial; avanço das Escolas de Tempo Integral; aprofundamento da terceirização, da privatização e da precarização do ensino; ampliação do falido Ensino à Distância etc. As centrais sindicais têm de chamar imediatamente um dia nacional de luta! Nenhuma ilusão no Estado burguês, os trabalhadores devem confiar apenas em suas próprias forças!

Fechamento de salas e atribuição antecipada aumentam o desemprego!

Em Portaria publicada em novembro, o governo de João Doria/PSDB estabelece os procedimentos e cronograma de atribuição de aulas para 2021. O que chama a atenção é a antecipação da atribuição, que sempre foi feita em janeiro. Isso indica que até o final de novembro as escolas terão que ter a projeção de salas para a atribuição.

Sabemos que, com a crise do Covid-19, as escolas públicas e seus alunos vêm se comunicando virtualmente. As atividades virtuais mostraram-se um fracasso, pois a possibilidade de acesso dos estudantes é muito precária. Assim, a tendência é que o estudante do Ensino Fundamental e Médio e da EJA perca o interesse pelo estudo. Com certeza, para estes o trabalho é muito mais importante, pois é fonte de sua sobrevivência. Assim, é possível que haja um grande abandono dos estudos e, conseqüentemente, o fechamento de salas e turnos.

Principalmente as matrículas para EJA, ocorrem em janeiro. É nesse momento que os estudantes demonstram o interesse em se matricular e dar continuidade aos estudos. Muito provavelmente, os estudantes interessados em cursar a EJA superlotarão as salas existentes. A possibili-

dade de abrirem novas turmas é muito pequena. Desta forma, as condições de trabalho e estudo serão ainda mais precarizadas.

Com a atribuição ocorrendo no começo de dezembro, o sinal foi dado: menos aulas para atribuir para os efetivos, com ampliação de número de escolas para cumprir sua jornada. Aumentando, assim, a precarização do trabalho, com desgaste físico e mental. Para os professores categoria O será ainda pior, pois não terão aulas para lecionar em 2021. Terão de aguardar o mês de janeiro para saber se terão aula ou ficarão desempregados.

Enquanto isso, a Apeoesp, principal sindicato da educação estadual fez uma reunião virtual com representantes das subsedes. Nada mudou na linha da direção, que continua apostando na judicialização.

A Corrente Proletária na Educação vem sistematicamente cobrando do sindicato a convocação de uma assembleia presencial para que os professores possam tomar decisão sobre os caminhos da luta. Esse é o único caminho para barrar os ataques do governo. ■

Doria/Rossieli aproveitam a pandemia para golpear o emprego com a expansão do PEI

O governo Doria anunciou que ampliará o Programa de Ensino Integral (PEI) para mais 400 escolas, em 2021. Assim, o programa chegará a 1.064 escolas. O Secretário da Educação, Rossieli, já comemora tal resultado, porque segundo seus cálculos, já ultrapassou a meta prevista para 2023.

O governo direitista de Doria conseguiu, valendo-se do isolamento social burguês, impor seu projeto privatista, sem nenhuma reação contrária da classe neste ano. Para isso, utilizou do método on-line de reuniões para convencer os professores. Manteve pais e alunos à margem do processo, principalmente nos bairros proletários, onde dificilmente chega a internet. As Diretorias de Ensino aplaudiram de pé a habilidade dos diretores reacionários de conseguir aprovar esse projeto excludente nos Conselhos de Escola.

Até o ano passado, as escolas do PEI foram duramente combatidas. Foi a realidade da exclusão que convenceu pais e estudantes a votarem contra a adesão ao PEI. Em assembleias de escolas que tinham a presença de militantes poristas e da Corrente Proletária, o caráter de classe desse projeto foi debatido na marra e seus defensores foram desmascarados.

O fato é que as escolas do PEI, para serem implantadas, expulsam alunos e professores com o fechamento do noturno e o remanejamento de centenas de alunos para escolas vizinhas. Além disso, dezenas de alunos das escolas do PEI são forçados a pedir transferência, porque a carga horária delas impede o aluno de trabalhar ou fazer um curso profissionalizante.

O governo mente quando fala em melhoria do ensino através da implantação das escolas do PEI, utilizando as estatísticas do Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de SP). Esse índice mascara a falência da educação a nível geral e obscurece o quadro de penúria das escolas. Além do fato de que, por um lado, as escolas do PEI recebem algum

investimento financeiro a mais, para dar impressão de melhoria, enquanto amplia-se o sucateamento do restante da rede pública.

Esse jogo de concentrar poucas verbas em algumas escolas não é novo. É usado pelos capitalistas e seus governos para valorizar seus capitais. O PEI não resolve a falência do ensino, que é estrutural. Ao contrário aprofunda o abismo entre a Educação aqui, no Brasil semicolonial, em relação aos países de capitalismo avançado.

Alguns professores resolveram migrar para as escolas do PEI no começo do ano. Certamente, foram em busca da diferença salarial proposta por Doria. A ilusão durará pouco. O retorno das aulas presenciais tratará de impor o peso das últimas contrarreformas educacionais (como a reforma do ensino médio, a implantação da BNCC etc.), juntamente com a reforma administrativa, em discussão no âmbito federal. Ela permitirá, ao atacar a estabilidade, uma repressão mais intensa sobre o funcionalismo, principalmente os lutadores que não aceitem o arrocho salarial, o aumento da jornada e mais retirada de direitos.

Por ora, todos os funcionários públicos estão amargando o aumento dos descontos nos holerites para o Spprev e Iamspe, autorizados pela Reforma da Previdência de Doria.

A falta de unidade da classe e da luta nas ruas tem possibilitado o governo avançar com reformas privatistas, que destroem a educação pública e a vida do funcionalismo.

É preciso reverter essa situação, que tende piorar com o avanço da crise econômica e a ganância dos capitalistas. A falência da educação só será resolvida se o proletariado mudar radicalmente a base material da sociedade. Os educadores, por si só, não conseguem essa mudança. É preciso unificar com os demais oprimidos para impor a derrota aos capitalistas e seus governos.

Impedir o fechamento da EJA retomando a luta presencial nas ruas!

Depois de 20 anos de implantação do programa privatista dos governos peessedebistas, sobram poucas escolas com período noturno e com EJA, para alunos trabalhadores. Em SP, o processo de reestruturação começou na década de 90. As diretorias de ensino usavam a ideia da descentralização, que “os alunos deveriam estudar perto de suas casas”.

Assim, as escolas centralizadas foram esvaziando, até fechar o noturno da maioria. As dos bairros afastados ficaram superlotadas. Isso, porque na periferia existem poucas escolas para um contingente grande de crianças e jovens. Em todas as etapas da reorganização houve conflitos em torno de mais vagas e empregos aos professores. As greves de 1998, 2000, 2005, 2008, 2013, 2015 responderam à precarização do ensino e do trabalho. A ocupação das escolas pelos alunos, em 2015, mostrou a rejeição completa à política de transferência de alunos e fechamento do noturno proposta por Alckmin.

O governo, porém, não se deu por vencido. No começo do ano, Doria introduziu a escola polo de período noturno, somente para regiões com mais de 100 mil habitantes. Essa decisão levou à evasão

de uma parcela dos alunos trabalhadores, em função do gasto com transporte escolar. A evasão massiva se revelou com a pandemia e a implantação do ensino on-line. Os alunos trabalhadores rejeitaram esse tipo de ensino. E o governo aproveitou para propor nova reorganização para 2021.

Em Mauá, por exemplo, o dirigente regional foi taxativo. Avisou a direção da Apeoesp regional que não abrirá matrículas para EJA no segundo semestre, na E. E. Carlos Drummond de Andrade. E que fechará o ensino noturno da escola E. E. Professora Emiko Fujimoto. Sugeriu aos professores efetivos a remoção; aos contratados, a fila do desemprego; para os alunos do bairro Nova Mauá, a conversa mole de procurarem uma escola no centro Mauá, se quiserem estudar.

A experiência já mostrou para os trabalhadores que não se combate medidas duras com conversa on-line. É necessária uma verdadeira campanha em defesa da EJA, do emprego dos professores e do estudo para os alunos trabalhadores. Somente com assembleias presenciais é possível organizar essa luta, cabe às direções sindicais convocá-las. Insistir na política burguesa do “fique em casa”, significará mais derrotas.

Uso eleitoral dos AVEs (Auxiliares de Vida Escolar)

O prefeito Bruno Covas/PSDB se utilizou dos trabalhadores terceirizados do setor da saúde para fazer propaganda eleitoral e angariar alguns votos para se eleger. Para a TV (SPTV de 21/10), disse que as crianças com deficiência teriam atendimento domiciliar por uma equipe de psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais, com o objetivo de oferecer apoio às famílias quanto à aprendizagem das crianças isoladas pela pandemia de Covid-19. No entanto, não passou de uma falsificação típica das campanhas eleitorais. Na realidade, esse atendimento vem sendo feito pelos Auxiliares de Vida Escolar (AVE), com um claro desvio de função.

Por meio do secretário da educação, Bruno Caetano, determinou que essas trabalhadoras, terceirizadas, que prestam serviço nas escolas, passassem a fazer esse atendimento nos do-

micílios. Contratadas por Organizações Sociais (OSs), essas trabalhadoras tiveram seus contratos suspensos pela MP 936. No final de outubro foram recontratadas para esse fim, sendo que sua função é apenas preencher formulários de entrevista com os pais. Mesmo sob o protesto das escolas, que ficaram à margem das decisões, o governo não recuou. Muito pelo contrário, oficializou o desvio de função através do Plano de Trabalho entre a OS e a SME.

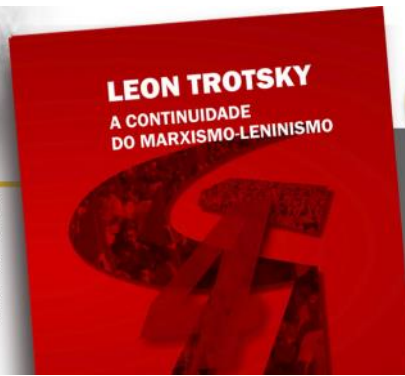
A Corrente Proletária denuncia essa forma de exploração das trabalhadoras terceirizadas com a bandeira de fim da terceirização e imediata efetivação dessas profissionais pela prefeitura. Rechaça a presença das Organizações Sociais no setor público. Estabilidade a todos os trabalhadores terceirizados!

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato".



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Bruno Covas cria vagas fantasmas nas creches

Com a justificativa de agilizar o processo de matrícula em Escolas Municipais de Educação Infantil e de respeitar o isolamento social, decorrente da pandemia, a Secretaria Municipal de Educação criou um canal de cadastro e matrículas on-line. Todavia, o que ocorre, de fato, é a criação de vagas inexistentes nas escolas, desrespeitando agrupamentos por idade e, contando com as vagas de 2021, onde 111 mil crianças deixarão os CEIs para ocupar vaga nas EMEIs.

Essas solicitações, feitas através dos formulários on-line, estão chegando às unidades escolares e a orientação é que elas sejam efetivadas, sem vinculação com nenhum agrupamento, o que a SME está chamando de "matrículas na nuvem". Na prática, está falsificando uma antecipação de matrículas, já que essas vagas não existem neste momento. Ou seja, não passou de promoção eleitoral para o candidato Covas, dizendo que "zerou" a fila de espera nas creches paulistas.

É importante compreender que esta modalidade de "matrícula na nuvem" só está podendo ser viabilizada devido a aprovação do PL 452/2020 (agora Lei nº 17.437, de 12 de agosto de 2020), que prevê a compra de vagas nas Escolas Particulares, ampliando a privatização do setor. Esse fator, juntamente com a situação de isolamento social, culminou na diminuição da procura em vaga na rede pública direta. Com toda essa manipulação, a Prefeitura registra que apenas 6.670 bebês menores de 4 anos estão na fila de espera na cidade de São Paulo.

Como se vê, a especulação em torno das vagas na Educação Infantil é objeto de propaganda eleitoral. O fato é que milhares de crianças não têm vaga garantida nas creches. É urgente que o SINPEEM saia do imobilismo e denuncie mais essa fraude eleitoral do governo Covas/PSDB. Abaixo a privatização na Educação Infantil! Que as direções sindicais organizem as assembleias presenciais para que os trabalhadores retornem à luta!



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Mais informações e contato: (11) 9 9990-3179 • por@pormassas.org • fb.com/massas.por • pormassas.org